



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

## Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze (8/10/2014), às 9 (nove) horas e 20 (vinte) minutos, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 6ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Sérgio Jucá (Procurador-Geral de Justiça e Presidente desta Reunião), Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Corregedor-Geral do MPE/AL), Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes, José Artur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Marcos Barros Méro, Valter José de Omena Acioly e Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente o Presidente da Sessão agradeceu a presença de todos e em particular do Promotor de Justiça Adivaldo Batista Júnior, cumprimentando em seguida os órgãos de execução participantes desta Reunião e demais presentes. Solicitou então do Secretário deste Colegiado a conferência do *quorum*. Confirmado o número necessário, o Presidente da Reunião declarou aberta a Sessão. Em seguida, passou o Colegiado a deliberar a ordem do dia, a saber: 1. A minuta de Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça que regulamenta a eleição para a formação da lista tríplex para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça; 2. A publicação do edital de convocação dos membros ativos do MPE/AL e de abertura das inscrições dos órgãos de execução que pretendem compor a lista tríplex visando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça; 3. A indicação dos membros que comporão a Comissão Eleitoral para a formação da lista tríplex objetivando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça; 4. A data das eleições para o cargo de Corregedor-Geral (inciso V, do art. 12, c/c o art. 17, ambos da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e, ainda, parágrafo único, do art. 48, do RICPJ/MPE/AL) e para o cargo de Ouvidor do Ministério Público (inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 37, de 25 de outubro de 2012, que alterou a Lei Complementar Estadual nº 34/2012), e 5. Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça. Neste ato, o Presidente da Sessão disse que gostaria de inserir o tema auxílio moradia, em face da edição da Resolução do CNMP, ainda não publicada, que dispõe sobre



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

este assunto. Na mesma senda, o Procurador de Justiça Marcos Barros Méro, invocando o art. 35 do Regimento Interno do Colégio, solicitou da Presidência a inclusão do pedido de referendo por este Colegiado em razão da decisão majoritária dos membros da Procuradoria de Justiça Cível, tomada no dia 24 de setembro pretérito, cuja ata daquela reunião foi publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 7 (sete) de outubro de 2014 (dois mil e catorze). Também solicitou inserção em pauta, de nova matéria, a Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira ao pedir a apreciação do Processo PGJ nº 4163/2014. Quanto ao item 1, o Presidente da Sessão informou que a minuta foi distribuída antecipadamente a todos os membros do Colegiado, cujo texto é o mesmo dos anos anteriores, à exceção do ano da eleição, que neste, concluiu, cairá em um dia de domingo. Posta em discussão, silente o Colegiado, passou a fase de votação, sendo a minuta que regulamenta a eleição para a formação da lista tríplice para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça aprovada à unanimidade. Concernente ao item 2, que trata da publicação do edital de convocação dos membros ativos do MPE/AL e de abertura das inscrições dos órgãos de execução que pretendem compor a lista tríplice visando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça, foi aprovada à unanimidade a sua publicação nos termos da Resolução assentida no item anterior. No tocante ao item 3, que trata da indicação dos membros que comporão a Comissão Eleitoral para a formação da lista tríplice objetivando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça, inicialmente foram listados os nomes dos mesmos órgãos de execução que compuseram a Comissão Eleitoral do ano de 2012, destarte, o Procurador de Justiça Afrânio Roberto de Pereira de Queiroz lembrou que o Colegiado no dia da eleição estará em sessão permanente, não podendo o Secretário deste Colégio figurar entre os membros da Comissão em tela. Acolhida por todos a ponderação do citado Procurador de Justiça, foram aclamados os nomes dos Promotores de Justiça Almir José Crescêncio, Luciano Romero da Matta Monteiro e Isaac Sandes Dias, cabendo a presidência desta Comissão ao Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, salvo se candidato ou estiver impedido por outro motivo, quando deverá ser observado o comando do art. 12 da Resolução acolhida quando da apreciação do item 1. Atinente ao item 4, deliberou o Colegiado, à unanimidade, que a eleição para Corregedor-Geral do MPE/AL e de Ouvidor do Ministério Público ocorrerá na data de 5 (cinco) de novembro de 2014 (dois mil e catorze). No que tange ao item 5, conforme acima assinalado, foram inseridas mais três matérias na pauta, tomando os números de itens 6, 7 e 8, respectivamente, pelo Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, pelo Procurador de Justiça Marcos Barros Méro e pela Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Quanto ao item 6, o Presidente da Sessão, após distribuir, antes do início da sessão, entre os seus pares, o



Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
77 texto da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe sobre o  
78 auxílio moradia, disse que a matéria estava posta para conhecimento e análise do  
79 seu conteúdo por este Colegiado em futuro debate. Falaram ainda sobre este tema os  
80 Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo,  
81 Dilmar Lopes Camerino, Marcos Barros Méro, Denise Guimarães de Oliveira,  
82 Geraldo Magela Barbosa Pirauá, José Artur Melo, Dennis Lima Calheiros e Luiz  
83 Barbosa Carnaúba. Frisou o Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino, ante os  
84 anseios da classe, que o Colegiado estará estudando a matéria em questão com mais  
85 profundidade, sem que este estudo tenha qualquer fim protelatório por parte deste  
86 Colendo Colégio. Deliberou então o Colegiado, à unanimidade, em aguardar a  
87 publicação da citada Resolução do CNMP pela Instituição editora. Relativo ao **item**  
88 **7**, o Procurador de Justiça Marcos Barros Méro disse que tratava de pedido de  
89 referendo do Colégio de Procuradores de Justiça, para que produzisse os efeitos do  
90 parágrafo único do art. 18 da Lei Orgânica local, sobre a decisão majoritária dos  
91 membros da Procuradoria de Justiça Cível, tomada no dia 24 de setembro pretérito,  
92 cuja ata da reunião da Procuradoria de Justiça Cível foi publicada no Diário Oficial  
93 do Estado, edição do dia 7 de outubro de 2014, a respeito da divisão interna dos  
94 serviços processuais da referida Procuradoria, de sorte que os processos judiciais  
95 provenientes dos respectivos órgãos fracionário do Tribunal de Justiça fossem  
96 doravante repartidos igualmente entre os Excelentíssimos Senhores Procuradores de  
97 Justiça Cível, na forma estabelecida na deliberação em apreço, fato, aliás,  
98 consumado com a publicação no órgão oficial, nesta data, mediante Portaria PGJ nº  
99 1.027, de 07 de outubro de 2014. Com a palavra a Procuradora de Justiça Denise  
100 Guimarães de Oliveira, explicou suas razões em contrário aquela deliberação dos  
101 membros da Procuradoria Cível, destacando que seu objetivo não era de trabalhar  
102 menos do que os demais, até porque propôs, naquela reunião, a divisão de trabalho  
103 horizontal, que desejava permanecer, também, com as mesmas atribuições que os  
104 seus antecessores do seu novo cargo exerciam. Falaram ainda sobre esta matéria os  
105 Procuradores de Justiça Vicente Felix Correia, Marcos Barros Méro, José Artur  
106 Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Dennis Lima Calheiros, que, em  
107 síntese apertada, lembraram o quantitativo de manifestações destacadas pela  
108 Corregedoria de Justiça do MPE/AL, no tocante aos órgãos que exerciam as suas  
109 atribuições frente à Câmara Cível Especializada do Tribunal de Justiça, e a  
110 cronologia dos fatos que redundaram na edição da referida ata. Posto em votação  
111 **este item, de número 7**, o Colegiado, por maioria, referendou a divisão dos  
112 trabalhos, constante da citada ata produzida pela Procuradoria de Justiça Cível,  
113 vencida a Procuradora de Justiça supracitada, que pediu para que seu voto, proferido  
114 oralmente, fosse registrado em ata, a saber: quando foi promovida para o cargo de





Estado de Alagoas  
Ministério Público Estadual  
Colégio de Procuradores de Justiça

Procuradora de Justiça, por antiguidade, já sabia onde iria ficar e qual seria sua atuação. Quando foi convidada para a reunião dos Procuradores de Justiça Cível acima mencionada, não foi informada anteriormente de tudo do que se passava no âmbito desta Procuradoria e nem na esfera do Colégio de Procuradores de Justiça, tendo sido uma surpresa o que naquela fora discutido e deliberado. Disse que, do modo pelo qual foram proferidos alguns dos votos nesta Sessão pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, via que remanescia o entendimento que haveria um ócio remunerado para as antigas atribuições do 10º Cargo da Procuradoria Cível. Que não tinha intenção de trabalhar menos do que ninguém e o que propunha era estabelecer uma Procuradoria de Justiça com atribuições na defesa dos direitos difusos, para fins de trabalhar nesta e concomitantemente com as atribuições da especializada. Que veio para somar, como sempre fez na instância singela. E continuou dizendo que poderia até ser a favor e defender a extinção da especializada, mas precisaria de mais tempo para analisar os argumentos postos naquela reunião. Que não entendia como os afazeres do 10º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível, que não tinha nada de serviço, agora seria dividido o correspondente trabalho por dez Procuradores de Justiça. Que também não entendia e nem concordava com a decisão de divisão dos trabalhos nos termos que fora feito e com os modos da publicação da referida ata. Foram, em síntese, as razões do seu voto. Pertinente ao **item 8**, cujo objeto refere-se as atribuições do 10º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível, restou prejudicado por conta da deliberação do item anterior. Aberta a fase de comunicações, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz convidou os membros da Procuradoria de Justiça Cível para participarem de reunião visando à eleição do novo coordenador e do respectivo substituto. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino pediu, para evitar divulgações inverídicas, ante a deflagração do processo sucessório para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, que ficasse registrada em ata que não é candidato a este cargo para o biênio 2015/2016. Nada mais havendo, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá

Procurador-Geral de Justiça

Presidente da Sessão

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 21/2014

Interessado:

ANONIMO

Natureza:

INFORMANDO AO PROCURADOR-GERAL

Assunto:

INFORMANDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

Proc. 4747/2014

Interessado:

DR. CLAUDIO JOSE BRANDAO SA, PROMOTOR DE JUSTICA

Natureza:

ENCAM. REQUERIMENTO

Assunto:

REQUERENDO

Remetido para:

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 106274

## Colégio de Procuradores de Justiça

Ata da 6ª Reunião Ordinária do Colégio de  
Procuradores de Justiça do Estado de Alagoas

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze (8/10/2014), às 9 (nove) horas e 20 (vinte) minutos, na Sala de Sessões dos Órgãos Colegiados, localizada no 4º (quarto) andar do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 70, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram para a 6ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas os Procuradores de Justiça Sérgio Jucá (Procurador-Geral de Justiça e Presidente desta Reunião), Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Corregedor-Geral do MPE/AL), Luiz Barbosa Carnaúba, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Antiógenes Marques de Lira, Dilmar Lopes Camerino, Dennis Lima Calheiros, Vicente Felix Correia, Eduardo Tavares Mendes, José Artur Melo, Afrânio Roberto Pereira de Queiroz, Marcos Barros Méro, Valter José de Omena Acioly e Denise Guimarães de Oliveira. Inicialmente o Presidente da Sessão agradeceu a presença de todos e em particular do Promotor de Justiça Aivaldo Batista Júnior, cumprimentando em seguida os órgãos de execução participantes desta Reunião e demais presentes. Solicitou então do Secretário deste Colegiado a conferência do quorum. Confirmado o número necessário, o Presidente da Reunião declarou aberta a Sessão. Em seguida, passou o Colegiado a deliberar a ordem do dia, a saber: 1. A minuta de Resolução do Colégio de Procuradores de Justiça que regulamenta a eleição para a formação da lista triplíce para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça; 2. A publicação do edital de convocação dos membros ativos do MPE/AL e de abertura das inscrições dos órgãos de execução que pretendem compor a lista triplíce visando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça; 3. A indicação dos membros que comporão a Comissão Eleitoral para a formação da lista triplíce objetivando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça; 4. A data das eleições para o cargo de Corregedor-Geral (inciso V, do art. 12, c/c o art. 17, ambos da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e, ainda, parágrafo único, do art. 48, do RICPJ/MPE/AL) e para o cargo de Ouvidor do Ministério Público (inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 37, de 25 de outubro de 2012, que alterou a Lei Complementar Estadual nº 34/2012), e 5. Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça. Neste âmbito, o Presidente da Sessão disse que gostaria de inserir o tema auxílio moradia, em face da edição da Resolução do CNMP, ainda não publicada, que dispõe sobre este assunto. Na mesma senda, o Procurador de Justiça Marcos Barros Méro, invocando o art. 35 do Regimento Interno do Colégio, solicitou da Presidência a inclusão do pedido de referendo por este Colegiado em razão da decisão majoritária dos membros da Procuradoria de Justiça Cível, tomada no dia 24 de setembro pretérito, cuja ata daquela reunião foi publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 7 (sete) de outubro de 2014 (dois mil e catorze). Também solicitou inserção em pauta, de nova matéria, a Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira ao pedir a apreciação do Processo PGJ nº 4163/2014. Quanto ao item 1, o Presidente da Sessão informou que a minuta foi distribuída antecipadamente a todos os

membros do Colegiado, cujo texto é o mesmo dos anos anteriores, à exceção do ano da eleição, que neste, concluiu, cairá em um dia de domingo. Posta em discussão, silente o Colegiado, passou a fase de votação, sendo a minuta que regulamenta a eleição para a formação da lista triplíce para a nomeação do Procurador-Geral de Justiça aprovada à unanimidade. Concernente ao item 2, que trata da publicação do edital de convocação dos membros ativos do MPE/AL e de abertura das inscrições dos órgãos de execução que pretendem compor a lista triplíce visando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça, foi aprovada à unanimidade a sua publicação nos termos da Resolução assentida no item anterior. No tocante ao item 3, que trata da indicação dos membros que comporão a Comissão Eleitoral para a formação da lista triplíce objetivando à nomeação do Procurador-Geral de Justiça, inicialmente foram listados os nomes dos mesmos órgãos de execução que compuseram a Comissão Eleitoral do ano de 2012, destarte, o Procurador de Justiça Afrânio Roberto de Pereira de Queiroz lembrou que o Colegiado no dia da eleição estará em sessão permanente, não podendo o Secretário deste Colégio figurar entre os membros da Comissão em tela. Acolhida por todos a ponderação do citado Procurador de Justiça, foram aclamados os nomes dos Promotores de Justiça Almir José Crescêncio, Luciano Romero da Matta Monteiro e Isaac Sandes Dias, cabendo a presidência desta Comissão ao Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, salvo se candidato ou estiver impedido por outro motivo, quando deverá ser observado o comando do art. 12 da Resolução acolhida quando da apreciação do item 1. Atinente ao item 4, deliberou o Colegiado, à unanimidade, que a eleição para Corregedor-Geral do MPE/AL e de Ouvidor do Ministério Público ocorrerá na data de 5 (cinco) de novembro de 2014 (dois mil e catorze). No que tange ao item 5, conforme acima assinalado, foram inseridas mais três matérias na pauta, tomando os números de itens 6, 7 e 8, respectivamente, pelo Procurador-Geral de Justiça Sérgio Jucá, pelo Procurador de Justiça Marcos Barros Méro e pela Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira. Quanto ao item 6, o Presidente da Sessão, após distribuir, antes do início da sessão, entre os seus pares, o texto da Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público que dispõe sobre o auxílio moradia, disse que a matéria estava posta para conhecimento e análise do seu conteúdo por este Colegiado em futuro debate. Falaram ainda sobre este tema os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dilmar Lopes Camerino, Marcos Barros Méro, Denise Guimarães de Oliveira, Geraldo Magela Barbosa Pirauá, José Artur Melo, Dennis Lima Calheiros e Luiz Barbosa Carnaúba. Frisou o Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino, ante os anseios da classe, que o Colegiado estará estudando a matéria em questão com mais profundidade, sem que este estudo tenha qualquer fim protelatório por parte deste Colégio. Deliberou então o Colegiado, à unanimidade, em aguardar a publicação da citada Resolução do CNMP pela Instituição editora. Relativo ao item 7, o Procurador de Justiça Marcos Barros Méro disse que tratava de pedido de referendo do Colégio de Procuradores de Justiça, para que produzisse os efeitos do parágrafo único do art. 18 da Lei Orgânica local, sobre a decisão majoritária dos membros da Procuradoria de Justiça Cível, tomada no dia 24 de setembro pretérito, cuja ata da reunião da Procuradoria de Justiça Cível foi publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 7 de outubro de 2014, a respeito da divisão interna dos serviços processuais da referida Procuradoria, de sorte que os processos judiciais provenientes dos respectivos órgãos fracionário do Tribunal de Justiça fossem doravante repartidos igualmente entre os Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Cível, na forma estabelecida na deliberação em apreço, fato, aliás, consumado com a publicação no órgão oficial, nesta data, mediante Portaria PGJ nº 1.027, de 07 de outubro de 2014. Com a palavra a Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, explicou suas razões em contrário aquela deliberação dos membros da Procuradoria Cível, destacando que seu objetivo não era de trabalhar menos do que os demais, até porque propôs, naquela reunião, a divisão de trabalho horizontal, que desejava permanecer, também, com as mesmas atribuições que os seus antecessores do seu novo cargo exerciam. Falaram ainda sobre esta matéria os Procuradores de Justiça Vicente Felix Correia, Marcos Barros Méro, José Artur Melo, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e Dennis Lima Calheiros, que, em síntese apertada, lembraram o quantitativo de manifestações destacadas pela Corregedoria de Justiça do MPE/AL, no tocante aos órgãos que exerciam as suas atribuições frente à Câmara Cível Especializada do Tribunal de Justiça, e a cronologia dos fatos que redundaram na edição da referida ata. Posto em votação este item, de número 7, o Colegiado, por maioria, referendou a divisão dos trabalhos, constante da citada ata produzida pela Procuradoria de Justiça Cível, vencida a Procuradora de Justiça supracitada, que pediu para que seu voto, proferido oralmente, fosse registrado em ata, a saber: quando foi promovida para o cargo de Procuradora de Justiça, por antiguidade, já sabia onde iria ficar e qual seria sua atuação. Quando foi convidada para a reunião dos Procuradores de Justiça Cível acima mencionada, não foi informada anteriormente de tudo do que se passava no âmbito desta Procuradoria e nem na esfera do Colégio de Procuradores de Justiça, tendo sido uma surpresa o que naquela fora discutido e deliberado. Disse que, do modo pelo qual foram proferidos alguns dos votos nesta Sessão pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, via que remanesce o entendimento que haveria um ócio remunerado para as antigas atribuições do 10º Cargo da Procuradoria Cível. Que não tinha intenção de trabalhar menos do que ninguém e o que propunha era estabelecer uma Procuradoria de Justiça com atribuições na defesa dos direitos difusos, para fins de trabalhar nesta e concomitantemente com as atribuições da especializada. Que veio para somar, como sempre fez na instância singela. E continuou dizendo que poderia até ser a favor e defender a extinção da especializada, mas precisaria de mais tempo para analisar os argumentos postos naquela reunião. Que não entendia como os

afazeres do 10º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível, que não tinha nada de serviço, agora seria dividido o correspondente trabalho por dez Procuradores de Justiça. Que também não entendia e nem concordava com a decisão de divisão dos trabalhos nos termos que fora feito e com os modos da publicação da referida ata. Foram, em síntese, as razões do seu voto. Pertinente ao item 8, cujo objeto refere-se as atribuições do 10º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível, restou prejudicado por conta da deliberação do item anterior. Aberta a fase de comunicações, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Afrânio Roberto Pereira de Queiroz convidou os membros da Procuradoria de Justiça Cível para participarem de reunião visando à eleição do novo coordenador e do respectivo substituto. O Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Dilmar Lopes Camerino pediu, para evitar divulgações inverídicas, ante a deflagração do processo sucessório para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, que ficasse registrada em ata que não é candidato a este cargo para o biênio 2015/2016. Nada mais havendo, o Presidente da Sessão agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a Reunião, determinando a lavratura desta Ata, o que fez como Secretário e sob a conferência do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Sérgio Jucá  
Procurador-Geral de Justiça  
Presidente da Sessão

Antonio Jorge Sodré Valentim de Souza  
Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Protocolo 106236

Processo nº PGJ - 4689/2014

Assunto: Encaminhando documentos

Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - Conselheiro  
Jeferson Luiz Pereira Coelho

#### DESPACHO

1. Junte-se aos autos: a) cópia do Ato PGJ nº 13, de 20 de outubro de 2014, b) cópia da fl. 56 do DOE/AL, edição de 21 de outubro de 2014, na qual consta a publicação do referido ato, e c) a certidão da lavra do Excelentíssimo Senhor Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, que certifica o apoio integral do Colégio de Procuradores de Justiça em face da edição do Ato PGJ nº 13/2014, sem nenhum aprimoramento ou reparo ao texto.

2. Acostados os documentos listados acima, remeta-se cópia do Processo nº PGJ - 4689/2014 ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Doutor Jeferson Luiz Pereira Coelho, com a finalidade de responder ao Ofício circular nº 70/2014/CCAF-CNMP, aportado nesta PGJ/MPE/AL em 22 de outubro de 2014.

3. Publique-se.

4. Cumpra-se.

Maceió, 22 de outubro de 2014.

Sérgio Jucá  
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 106263

## Corregedoria Geral do Ministério Público

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS

Protocolo CGMP nº 477/2014

Interessado: Givaldo de Barros Lessa, Promotor de Justiça.

Natureza: Administrativa.

EXTRATO DA DECISÃO: Acolho o parecer da Assessoria Técnica nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões para decidir, determinando seja oficiado ao Dr. Promotor de Justiça, sobre o pleito, após as comunicações de estilo, archive-se. Publique-se. Cumpra-se. Maceió, 20 de outubro de 2014.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque  
Corregedor-Geral

Protocolo 106165

## Promotorias de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE MACEIÓ

PORTARIA nº. 11/2014

CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 158/2012 EM  
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

A PROMOTORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL, nas pessoas dos Promotores de Justiça abaixo firmados, no uso de suas atribuições e com fundamentos nos arts. 129, III, da Constituição da República; artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, I, "b", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93 e 2º, § 7º da Resolução CNMP nº 23/07;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público, conferida pela Lei nº. 7.347/85, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.078/90, para instaurar Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, visando à proteção e defesa dos interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que Consumidor é "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final" (art. 2º, CDC), equiparando-se a este a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que de alguma forma tenha intervindo nas relações de consumo (art. 2º, CDC, parágrafo único); CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor, "fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços"; CONSIDERANDO que os produtos e serviços, que estão disponíveis no mercado de consumo, não provocarão riscos à saúde ou a segurança dos consumidores, salvo os que devido a própria natureza e fruição são considerados normais e previsíveis, devendo os fornecedores, em qualquer situação, disponibilizar informações necessárias e adequadas, consoante estabelece o artigo 8º do CDC;

CONSIDERANDO que não é permitido que os fornecedores introduzam no mercado de consumo produtos ou serviços que tenham conhecimento ou deveriam ter a respeito de elevado grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança dos consumidores (art. 10, CDC). Se, posteriormente à sua colocação no mercado de consumo, os fornecedores de produtos e serviços tiverem ciência da periculosidade que apresentem, surge a obrigação de imediatamente fornecerem o devido conhecimento do fato às autoridades competentes, assim como aos consumidores, por meio de anúncios publicitários, conforme prevê o artigo 10, § 1º do CDC;

CONSIDERANDO que na mencionada situação, o Código de Defesa do Consumidor prevê o RECALL, que é um procedimento comumente empregado em empresas fabricantes de automóveis, para "chamar de volta" os consumidores, em razão de defeitos constatados em veículos colocados no mercado de consumo, evitando, dessa forma, a ocorrência de acidentes de consumo;

CONSIDERANDO que haverá responsabilidade solidária dos fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis pelos "[...] vícios de qualidade ou de quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas" (art. 18 do CDC); CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor expressamente proíbe a publicidade que seja enganosa ou abusiva;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor dispõe no artigo 30 que "toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado";

CONSIDERANDO a Reclamação objeto dos presentes autos, na qual o autor alega que possui um automóvel TOYOTA, modelo Hilux SRV, cabine dupla, ano 2011, comprado novo, apresentando problemas de trepidação na direção, desde a primeira revisão e que, apenas na revisão de 20.000 Km, houve o diagnóstico acertado sobre o vício apresentado: empenamento dos discos de freios. Considerando, por fim, que o autor fundamenta suas alegações no fato de que o aludido defeito implica diretamente na segurança dos consumidores, haja vista poder ser identificado como um defeito de fabricação de série, que pode estar comprometendo veículos Hilux Pick-up e Hilux SW4 desde o ano de 2005;

RESOLVE,  
CONVERTER o presente Procedimento Preparatório nº. 158/2014 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro nos arts. 129, III da Carta Magna, 6º, I da Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Complementar nº. 15/96), 26, I da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), e, Resolução nº. 23, de 17 de setembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, visando futuras e eventuais providências na defesa do interesse difuso e coletivo em testilha, razão pela qual determinam de imediato as seguintes providências: